

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240925PE00074

LICITAÇÃO Nº. 00074/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR LOTE

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

AV 1 DE ABRIL , 379 - CENTRO - SUMÉ - PB.

CEP: 58540-000 - E-mail: cplsume@gmail.com - Tel.: (83) 3353-2274.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.874.935/0001-09, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 08:30 horas do dia 22 de Outubro de 2024, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00074/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por lote, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA, DESTINADO AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Data de abertura da sessão pública: 22/10/2024. Horário: 08:30 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 22/10/2024. Horário: 08:35 - horário de Brasília.

Local: <https://licitanet.com.br/>

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA, DESTINADO AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será realizada em lote único, formado por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo I, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA, DESTINADO AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: <https://licitanet.com.br/>.

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.<https://www.sume.pb.gov.br/>;

3.2.1.2.www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3.<https://licitanet.com.br/>; e

3.2.1.4.www.gov.br/pncp.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 15 (quinze) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos: 02 – 00.205 – 12.365.2002.2021 / 12.361.2003.2023 / 12.361.2003.2028 – 339039.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2.Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

6.7.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.

6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.2.Demonstrativo da situação financeira da empresa, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social já exigível, formalmente assinado por profissional da área contábil, devidamente habilitado, apresentando os resultados abaixo:

$$\begin{aligned} \text{ILG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00 \\ \text{ISG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00 \\ \text{ILC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 \end{aligned}$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral;

ISG - Índice de Solvência Geral;

ILC - Índice de Liquidez Corrente.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote; e

8.3.2.Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

- 8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
- 9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
- 9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
- 9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.
- 9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
- 9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.9.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.10.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.11.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.12.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:
- 10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
- 10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.
- 10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
- 10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,00 % (dois por cento).
- 10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
- 10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;
- 10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
- 10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20.Em relação ao lote não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
- 10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.28.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.28.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.28.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.29.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
- 10.30.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
- 11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.3.1.Contiver vícios insanáveis;
- 11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
- 11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 02 (duas) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
- 11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;

12.3.13.6.Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta; e

12.3.13.7.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.9.1.

12.4.2.Demonstrativo da situação financeira da empresa - item 6.9.2.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Pregoeiro, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.6.2.De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.11.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.11.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borbores, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.16.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor;

13.3.4.O deságio eventualmente obtido no valor do lote será repassado integralmente e de forma linear a todos os seus itens, sendo que, se após esse rateio restar valor unitário, para qualquer item do lote, superior ao estimado pelo ORC, será atribuído ao respectivo item o valor estimado, procedendo-se novo rateio para que seja preservado o deságio obtido no lote.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: <https://licitanet.com.br/>.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas;

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2.Obrigações do Contratado:

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0.DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte

fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Av 1 de Abril, 379 – Centro – Sumé – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Sumé, Estado da Paraíba.

Sumé - PB, 09 de outubro de 2024.

BONILSOM TIMOTÉO MENDONÇA DE LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA, DESTINADO AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

1.2.OBJETIVOS:

1.2.1.Nosso objetivo é preparar o educando para o futuro, desenvolvendo habilidades essenciais para: o empreendedorismo, trabalho, a educação ambiental, e ainda compreender a importância da educação financeira. Essa obra propõe uma reflexão sobre as ações adequadas para um projeto de vida como a assimilação dos hábitos e comportamentos referentes ao consumo consciente e principalmente o saber fazer. As competências desenvolvidas permitirão ao educando uma atuação em prol da sociedade, assim tornar-se-ão protagonistas de suas próprias histórias.

1.2.2.A Contratação do Programa de Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida, para os alunos do Ensino Fundamental, do município de Sumé-PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente Termo de Referência, tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver habilidades financeiras básicas: compreender o valor do dinheiro, como economizar, gastar de forma consciente e a importância de planejar financeiramente desde cedo.
- Promover o pensamento empreendedor: estimular o pensamento criativo e empreendedor desde a infância, incentivando as crianças a refletirem em soluções para problemas, identificar oportunidades e desenvolver suas habilidades de negociação.
- Fomentar o planejamento de vida: tornar o educando criativo para terem condições de definirem metas pessoais e a criar um plano para alcançá-las. Incluindo objetivos educacionais, profissionais e pessoais, incentivando a busca por uma profissão e exercer a cidadania e forma participativa e coerente.
- Prevenir o endividamento: ao ensinar sobre finanças desde cedo, os educandos têm maior probabilidade de evitar problemas de endividamento no futuro, pois aprenderão a gerenciar suas finanças de maneira responsável. As atividades com a família irão propiciar em aprendizado, tornando-as mais aptas.
- Promover a independência: capacitar o educando com conhecimento financeiro e habilidades empreendedoras ajuda a prepará-las para a independência financeira e para tomar decisões conscientes ao longo da vida.
- Fomentar o senso de responsabilidade: o ensino de educação financeira e empreendedorismo ajuda as crianças a entenderem que suas escolhas têm impacto não apenas em si mesmas, mas também em suas famílias e comunidades. Isso promove um senso de responsabilidade social.
- Promover a autoestima e autoconfiança: À medida que as crianças adquirem conhecimento e habilidades em educação financeira, empreendedorismo e planejamento de vida, elas ganham confiança em suas capacidades e se sentem mais preparadas para enfrentar desafios futuros.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1. Na infância e na adolescência, os estudantes começam a delinear suas personalidades e a construir os conceitos e aprendizagens que sustentarão seu futuro, ou seja, período propício para adquirir conceitos de economicidade e de bons hábitos relacionados às práticas comerciais e financeiras.

2.2. Com base nisso, entende-se que é o período escolar ideal para iniciar o ensino de Educação Financeira, incentivando-os a ter hábitos de consumo mais conscientes gerando, assim, maior autonomia nas suas finanças. No ano de 2019, o S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira da Divisão de Ratings e Pesquisas da Standard & Poor's), aplicou um questionário de conhecimento de Educação Financeira, o Brasil ficou na 74ª posição do ranking global e apenas 35% dos brasileiros conseguiram responder às perguntas (FEBRABAN, 2019).

2.3.A educação financeira, o empreendedorismo, trabalho e o projeto de vida, educação ambiental e o consumo são temas transversais que contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Esses temas estão relacionados à formação de competências e habilidades essenciais para a vida pessoal, profissional e social dos indivíduos, tais como:

2.4.Desenvolvimento Holístico: O projeto visa não apenas o aprendizado de conceitos financeiros, empreendedorismo e planejamento de vida, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas fundamentais para formação de um cidadão. Ele aborda não apenas o "como" lidar com dinheiro, mas também o "por quê" e o "para quê", promovendo um entendimento profundo de suas ações financeiras.

2.5.Preparação para o Futuro: Em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico, é essencial equipar nossas crianças com as habilidades permitidas para tomar decisões sobre as profissões e o trabalho informadas e construir seu futuro com segurança. O projeto oferece uma base sólida para enfrentar desafios econômicos e tomar decisões responsáveis ao longo da vida.

2.6.Redução da Inadimplência: O Brasil tem enfrentado uma inadimplência crescente, e as pesquisas apontam para números alarmantes. Ao proporcionar educação financeira desde a infância, podemos ajudar a prevenir problemas financeiros no futuro, capacitando as crianças a gerenciarem suas finanças de maneira responsável.

2.7.Promoção do Empreendedorismo: O pensamento empreendedor é uma habilidade que pode ser cultivada desde cedo. Este projeto incentiva as crianças a explorarem soluções criativas, identificar oportunidades e desenvolver habilidades de negócios, preparando-as para serem empreendedoras no futuro.

2.8.Alinhamento com Diretrizes Educacionais: A inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Estratégia Nacional da Educação Financeira (ENEF) demonstram o compromisso do governo em promover essa educação. O projeto está em total

consonância com essas diretrizes, fortalecendo a educação formal e garantindo que nossas crianças adquiram habilidades essenciais para o século XXI.

2.9.Promoção do Desenvolvimento Sustentável: Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida estão intrinsecamente ligados à promoção da sustentabilidade ambiental atuando em sua comunidade. Ao capacitarmos educandos com conhecimentos que abordam responsabilidade utilização dos recursos naturais, destino do lixo e outros, tomada de decisões conscientes e planejamento de vida, estamos contribuindo para uma sociedade mais equilibrada e resiliente.

2.10.Formação de Cidadãos Autônomos: Este projeto não fornece apenas informações sobre finanças e empreendedorismo, mas também promove a autonomia das crianças. Ao capacitá-los a definir metas, sonhar alto e planejar suas trajetórias, estamos moldando cidadãos independentes que podem assumir o controle de suas vidas e contribuir positivamente para a sociedade.

2.11.Preparação para Situações de Crise: Em momentos de crise, como a pandemia de Covid-19, a importância da educação financeira se torna ainda mais evidente. Este projeto oferece às famílias e alunos ferramentas para enfrentar adversidades financeiras, construir reservas e tomar decisões informadas durante períodos difíceis.

2.12.Transversalidade e Interdisciplinaridade: Promove a transversalidade e interdisciplinaridade, permitindo que os alunos estabeleçam conexões entre a educação financeira e diversas áreas do conhecimento, incluindo ética, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural.

2.13.Conformidade com a BNCC: A inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como habilidade obrigatória é uma diretriz que reflete a necessidade urgente de preparar crianças para um mundo financeiramente complexo. Este projeto atende a essa exigência, contribuindo para o cumprimento das diretrizes nacionais de educação.

2.14.A escola pública tem um papel fundamental na promoção desses temas, pois é um espaço privilegiado de aprendizagem, convivência e cidadania. Ao integrar esses temas ao currículo escolar, a escola pública pode oferecer aos estudantes uma educação mais significativa, contextualizada e transformadora, que os ajude a desenvolver uma relação consciente e responsável com o dinheiro, com o trabalho e com a vida. Além disso, ao adquirir um projeto de educação financeira, empreendedorismo e projeto de vida, a escola pública pode beneficiar não apenas os estudantes, mas também os professores, os gestores, as famílias e a comunidade. Esses atores podem participar do projeto por meio de formações, oficinas, palestras, feiras, exposições e outras atividades que estimulem o diálogo, a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimentos sobre esses temas. A obra estimula a participação da família e do educador no processo ensino aprendizagem do educando.

2.15. Portanto, a justificativa para uma escola pública adquirir um projeto de educação financeira, empreendedorismo e projeto de vida é baseada na relevância desses temas para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento da educação pública como um direito social.No ano de 2019, o S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira da Divisão de Ratings e Pesquisas da Standard & Poor's), aplicou um questionário de conhecimento de Educação Financeira, o Brasil ficou na 74ª posição do ranking global e apenas 35% dos brasileiros conseguiram responder às perguntas (FEBRABAN, 2019).

3.0. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

3.1.A Educação Financeira nunca foi tratada formalmente nas escolas, apenas como projetos avulsos, porém após as determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o tema tornou-se obrigatório em todo o território Nacional tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, isso quer dizer que a partir do ano de 2017, ano de publicação, este tema passou a fazer parte de uma lista de assuntos que devem ser trabalhados obrigatoriamente. A BNCC é um documento de ordem normativa que estabelece como deve ser o currículo de toda a educação básica por meio de um conjunto orgânico e progressivo, que diz respeito às aprendizagens essenciais. Tem como objetivo instituir um currículo universal e fazer com que todos os estudantes, sejam eles de escolas públicas ou privadas, tenham o mesmo nível de conhecimento sobre os assuntos por eles estabelecidos. A construção da BNCC teve início em 1988 pelo artigo 210 da Constituição brasileira (BRASIL, 1988), porém a entrega da versão final deste documento ocorreu em abril do ano de 2017 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e em dezembro deste mesmo ano foi homologada pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, logo após ser homologada já iniciou a implementação deste documento em todo o território Nacional.

A BNCC leva em conta que os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de ideias fundamentais que produzem articulações entre eles [...]. Essas ideias fundamentais são importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos e devem se converter, na escola, em objeto de conhecimento. [...], essa noção também se evidencia em muitas ações cotidianas e de outras áreas do conhecimento, como vendas e trocas mercantis, balanços químicos, representações gráficas, etc. (BRASIL, 2017, p. 224)

3.2.A estratégia da introdução da Educação Financeira na BNCC é de que os alunos saibam desde cedo a gerir seus ganhos e despesas, também havendo a possibilidade de influenciar seus pais a seguir o mesmo caminho, da conscientização.

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] Educação Financeira [...] (BRASIL, 2017, p. 19-20).

3.3.O tema Educação Financeira trazido nesse documento vem como um tema transversal, a fim de que o aluno não aprenda apenas na matéria de Matemática, mas também nas demais, de forma a mostrar dentro da realidade de cada aluno a maneira mais adequada à compreensão do assunto, possibilitando que os estudantes possam compreender que todos os seus sonhos são possíveis.

Os Temas Especiais permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. Dessa forma, sua abordagem nas propostas curriculares objetiva superar a lógica da mera transversalidade, [...]. Esses temas derivam de um ordenamento legal que implica em alterações nas orientações curriculares emanadas da LDB [...]. Dentre essas modificações, destacam-se: [...] o Decreto no 7.397/2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. [...] Considerando critérios de relevância e pertinência sociais, bem como os marcos legais vigentes, a Base Nacional Comum Curricular trata, no âmbito

dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares, dos seguintes Temas Especiais: Economia, Educação Financeira e sustentabilidade; [...] (BRASIL, 2017, p. 47-48).

3.4.Focando para a área de matemática apenas, a BNCC traz alguns temas que devem ser trabalhados em todos os anos escolares, como conceitos de economia e finanças, de modo a trabalhar a Educação Financeira:

Assim, podem ser discutidos assuntos como taxa de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BRASIL, 2017, p. 225).

3.4.1.O documento sugere ainda, na unidade temática de grandezas e medidas, que crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental “resolvam problemas sobre situações de compra e venda e desenvolvam, por exemplo, atitudes éticas e responsáveis em relação ao consumo” (BRASIL, 2017, p. 229). Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o documento apresenta habilidades esperadas tendo como objeto de conhecimento o sistema monetário.

3.5.A Educação Financeira na BNCC é trabalhada como um Tema Contemporâneo Transversal (TCT’s), isso quer dizer que este tema busca uma contextualização do que é ensinado para os alunos, trazendo objetos de estudos que sejam de seus interesse, de forma a mostrar o conteúdo dentro da sua realidade, instigando-o a ter sede por conhecimento no assunto trabalhado, sendo assim, é “quebrado” todo o ensino abstrato e descontextualizado permitindo que o aluno compreenda a forma mais sensata de como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres. O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer n. 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE, 2010, p. 24).

3.6.Entende-se, então, que os Temas Contemporâneos Transversais permitem uma efetiva educação para a vida em sociedade tendo em vista que uma das oportunidades decorrentes de sua abordagem é a aprendizagem da gestão de conflitos, que contribui para eliminar, progressivamente, as desigualdades econômicas, acompanhadas da discriminação individual e social.

4.0.HABILIDADES E COMPETÊNCIAS:

4.1.Propiciar o letramento em educação financeira e empreendedorismo respeitando a maturidade pedagógica do aluno e a correlação com o currículo.

4.2Esta obra está dividida em unidades que permitem o desenvolvimento de habilidades do que os alunos devem “saber”; do que devem “saber fazer”, para que tenham atitudes e valores para resolver demandas complexas na vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, para que possam contribuir transformação de uma sociedade mais justa e voltada a preservação do meio ambiente.

4.3Esta obra está baseada nas competências e habilidades da BNCC.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

7.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

7.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

7.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

9.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

9.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

10.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

11.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

12.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

13.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

15.0. PREMISSAS GERAIS

15.1. Escopo dos serviços objeto do presente Termo de Referência refere-se a entrega de livros e prestação de serviços em Educação Financeira para toda a comunidade escolar (professores, alunos e famílias) do Município de Sumé-PB cujo quantitativo por ano consta da licitação do Programa de Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida;

15.2. Local de Prestação dos serviços: Os livros serão entregues na secretaria de Educação (OU LOCAL INDICADO) e os serviços serão prestados no formato Online, onde o educador, indicado pela contratada, realizará encontros com os professores e famílias de acordo com o cronograma a ser aprovado pelos gestores da Secretaria de Educação, de acordo com a disponibilidade dos professores que irão realizar a aplicação do programa junto aos seus alunos.

15.3. Também a Educação Financeira será trabalhada para professores alunos e famílias, no formato ONLINE, podendo ser síncrona ou assíncrona, em uma trilha na plataforma digital, de responsabilidade da contratada.

15.4. Tempo de execução dos serviços: Os livros serão entregues e os serviços serão prestados pelo prazo de 01 (hum) ano letivo, conforme cronograma aprovado pelos gestores das Secretaria de Educação;

15.5. Pelos livros que compõem o Programa e a prestação de serviços em Educação Financeira, empreendedorismo e projeto de vida entende-se o seguinte:

Livros no formato físico:

✓ Professores: Serão entregues para cada professor que for aplicar o programa:

- o livro didático do professor;

✓ Alunos:

- O livro didático do aluno do ano;

15.6. Na prestação de serviço em Educação Financeira, empreendedorismo, projeto de vida deverá ser trabalhado junto ao professor uma abordagem comportamental e didática para trazer novos conhecimentos sobre a educação financeira, empreendedorismo e projeto de vida para que aprendam para si e para sua família, mudando sua forma de consumir e assim possam ensinar aos alunos seguindo os conteúdos trabalhados nos livros e na trilha de conhecimento.

Essa formação será composta por:

- Capacitação do Professor

– 8h online ao vivo: 4 horas de conteúdos da Educação Financeira + 04 horas apresentação dos materiais, e como aplicar os conteúdos dos livros aos alunos

- 10 Horas de estudo desafios, oficinas temáticas e vídeos das aulas online e referências sobre os temas: educação financeira, empreendedorismo, trabalho e Projeto de vida.

- Alunos - Aplicação dos conteúdos pelos professores

Carga Horária: 32 horas/aulas (apresentação dos conteúdos, realização das atividades do livro físico, oficinas temáticas.

16.DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA

16.1. A equipe técnica da CONTRATADA desenvolverá o trabalho para à CONTRATANTE conforme descrito abaixo:

I - MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 1º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-4-2; Quant. de páginas: 120 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. – Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0 – ; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4 – ; Acabamento: Cola PUR, Laminação brilho na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	150
2	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 2º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-5-9; Quant. de páginas: 168 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	157
3	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 3º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-8-0; Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0;Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	175
4	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 4º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-7-3; Quant. de páginas: 168 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	121
5	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 5º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-6-6; Quant. de páginas: 168 –Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	137
6	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 6º ano; Autor: João Pedro Sá, ISBN: 978-65-85881-00-5; Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	198
7	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 7º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-85881-01-2; Quant. de páginas: 148 –Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0 Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	187
8	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 8º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-85881-02-9; Quant. de páginas: 148 –Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4;Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá	kit	155
9	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 9º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-85881-03-6; Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0	kit	197

	cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0;Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		
10	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 1º ao 5º ano – KIT DO PROFESSOR – Autor: João Pedro Sá – Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual	kit	51
11	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 6º ao 9º ano – KIT DO PROFESSOR – Autor: João Pedro Sá – Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual	kit	58

17.0 DESCRIÇÃO DOS LIVROS

17.1Descrição geral: A Coleção Transformar é composta por 9 obras que atenderão Ensino Fundamental. São livros para uso em sala de aula, com mediação do professor e apoio da família.

17.2Cada obra é constituída de 18 a 20 oficinas que são trabalhadas em forma de Projetos para discutir os pilares essenciais para uma vida financeira equilibrada, com propósito de desenvolver habilidades no empreender e refletir sobre o Projeto de vida, adequados a cada faixa etária e ao currículo da BNCC.

18.0 DESCRIÇÃO DOS LIVROS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

– 1º Ano – Startup Kids

Os objetivos de aprendizagem deste material são desenvolver competências financeiras, habilidades socioemocionais e aplicação do empreendedorismo. O material busca estimular o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação eficaz, a cooperação e a responsabilidade social dos alunos, por meio de atividades e reflexões que abordam temas como planejamento financeiro, consumo consciente, trabalho em equipe, resolução de problemas, empreendedorismo, entre outros.

A obra está composta de 18 oficinas, nas primeiras, será basicamente visual, com atividades adequadas para os alunos que estão na fase de pré-alfabetização, mas também adequado àqueles que possuem o domínio da leitura e da escrita. As atividades têm objetivo de desenvolver as habilidades para que o educando conquiste a sua autonomia. Esta obra deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada. Em todas as oficinas há uma reflexão e uma ação sugerida para ser realizada com a família, para a compreensão da importância da educação financeira e o desenvolvimento de habilidades no empreendedorismo.

O autoconhecimento e conhecer a sua família com relação as necessidades e desejos, traz as brincadeiras antigas, que valoriza a não necessidade de dinheiro. Que ele deva ser destinado as necessidades e aos reais desejos. Uma das oficinas estimula os alunos a compreenderem todas as etapas para a produção de um caderno, os impactos com a natureza, o desperdício e as diferentes profissões relacionadas e a essa produção e amplia-se com o estudo das profissões do futuro. As Oficinas sobre o Projeto de Vida e Empreendedorismo lança um desafio ao educando na elaboração de um startup.

– 2º Ano – Mini chefe

Os objetivos de aprendizagem deste material são desenvolver competências financeiras, habilidades socioemocionais e aplicação do empreendedorismo. O material busca estimular o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação eficaz, a cooperação e a responsabilidade social dos alunos, por meio de atividades e reflexões que abordam temas como planejamento financeiro, consumo consciente, trabalho em equipe, resolução de problemas, empreendedorismo, entre outros. Esta obra deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada.

A obra está composta de 20 oficinas que propõem uma compreensão da alimentação adequada, consumo consciente, elaboração de receitas, o reconhecimento da moeda nacional e o comércio local. Compreender os diferentes trabalhos relacionados ao comércio. Criar uma atividade prática simulando comércio de alimentos utilizando compra e venda com cédulas e moedas fictícias (anexo desta obra), envolvendo os alunos com conceitos matemáticos. Necessidades e desejos também são compreendidos e relacionados a educação financeira. Essas atividades têm objetivo de desenvolver as habilidades para que o educando conquiste a sua autonomia. Esta obra deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada. Em todas as oficinas há uma reflexão e uma ação sugerida para ser realizada com a família, para a compreensão da importância da educação financeira e o desenvolvimento de habilidades no empreendedorismo.

As Oficinas sobre o Projeto de Vida e Empreendedorismo lança um desafio ao educando na elaboração de uma pequena horta e uma receita criando um empreendedor – “um chefe”.

– 3º Ano – Infoproduto

Os objetivos de aprendizagem deste material são desenvolver competências financeiras, habilidades socioemocionais e aplicação do empreendedorismo. O material busca estimular o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação eficaz, a cooperação e a responsabilidade social dos alunos, por meio de atividades e reflexões que abordam temas como planejamento financeiro, consumo consciente, trabalho em equipe, resolução de problemas, empreendedorismo, entre outros. Esta obra deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada.

A obra está composta de 20 oficinas que propõem uma compreensão baseada nas formas de comunicação e as diferentes profissões da comunicação, considerando os avanços com da globalização. Aprofundar o aprendizado da leitura, escrita e comunicação de uma forma criativa, aprender a se expressar, ter um conhecimento mais amplo sobre o mundo.

Sobre a comunicação a obra propõem uma reflexão sobre o consumo de energia na residência e fora dela, meios de obtenção de energia e os cuidados com o nosso planeta; também será o meio para a aluno descobrir os seus desejos e suas necessidade e as diferentes profissões da comunicação. Com relação ao empreendedorismo e Projeto de vida o aluno é estimulado a empreender como comunicador é convidado a escrever histórias e apresentá-la em um evento organizado pelos alunos.

Em todas as oficinas há uma reflexão e uma ação sugerida para ser realizada com a família, para a compreensão da importância da educação financeira e o desenvolvimento de habilidades no empreendedorismo.

– 4º Ano – Cidade sustentáveis

Os objetivos de aprendizagem deste material são desenvolver competências financeiras, habilidades socioemocionais e aplicação do empreendedorismo. O material busca estimular o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação eficaz, a cooperação e a responsabilidade social dos alunos, por meio de atividades e reflexões que abordam temas como planejamento financeiro, consumo consciente, trabalho em equipe, resolução de problemas, empreendedorismo, entre outros. Esta obra deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada.

Em todas as oficinas há uma reflexão e uma ação sugerida para ser realizada com a família, para a compreensão da importância da educação financeira e o desenvolvimento de habilidades no empreendedorismo.

A obra está composta de 20 oficinas com o tema sustentabilidade do planeta que desenvolverá uma reflexão sobre a sustentabilidade do planeta iniciando na casa de cada um e ampliando até o planeta. O foco será a energia elétrica e a necessidade de economizar, relacionando a outras formas de energia, principalmente as sustentáveis.

Algumas oficinas farão a reflexão sobre a sociedade e suas leis garantido a igualdade a todos. A educação financeira é abordada com relação ao planejamento financeiro para a realização dos desejos e necessidades, e quanto os 5 Rs podem colaborar com a realização dos sonhos.

– 5º Ano – Startup Kids

Os objetivos de aprendizagem deste material são desenvolver competências financeiras, habilidades socioemocionais e aplicação do empreendedorismo. O material busca estimular o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação eficaz, a cooperação e a responsabilidade social dos alunos, por meio de atividades e reflexões que abordam temas como planejamento financeiro, consumo consciente, trabalho em equipe, resolução de problemas, empreendedorismo, entre outros. Esta obra deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada. Em todas as oficinas há uma reflexão e uma ação sugerida para ser realizada com a família, para a compreensão da importância da educação financeira e o desenvolvimento de habilidades no empreendedorismo.

A obra está composta de 20 oficinas com o tema empreendedorismo, refletindo sobre o autoconhecimento de suas habilidades, vocações e paixões. Que a necessidade de buscar desenvolver novas habilidades também é empreender para si mesmo. As invenções as tecnologias são desenvolvidas por quem empreende. A educação financeira será trabalhada como o planejamento para as novas conquistas, controle de gastos e formas de pagamento. As moedas nacional e estrangeira serão foco no empreender. Ao final no projeto de vida e empreendedorismo o educando é convidado a criar um projeto para o seu futuro.

– 6º Ano – Mini Embaixador

Os objetivos de aprendizagem deste material destinado ao 6º ano têm como propósito aprofundar a compreensão dos alunos em temas essenciais, alinhados à educação financeira, empreendedorismo e construção de projeto de vida. As 17 oficinas proporcionam uma abordagem holística, destacando desde a identificação do uso do dinheiro até questões mais complexas como propósito e empreendedorismo social.

As primeiras oficinas focam em aspectos práticos do cotidiano, explorando onde o dinheiro é utilizado e promovendo uma reflexão crítica sobre o consumo. A análise da cesta básica, a distinção entre ganhar e gerar dinheiro, e a importância do voluntariado como ferramenta de autoconhecimento também são abordadas, estimulando a consciência social.

A segunda metade do material explora aspectos mais avançados, como escolhas profissionais, gestão financeira pessoal com ênfase no fluxo de dinheiro e o papel do dinheiro como moeda de troca. Oficinas específicas sobre empreendedorismo social, plano de negócios e ideias transformadoras proporcionam aos alunos a oportunidade de pensar de forma inovadora e sustentável.

A culminância do material é centrada na construção do projeto de vida, onde os alunos são incentivados a explorar seu propósito e paixões. A oficina de Mini Embaixador capacita os alunos a serem agentes de mudança em suas comunidades, aplicando os princípios aprendidos de forma prática e efetiva.

O material é concebido para promover uma educação integral, incorporando conhecimentos financeiros, habilidades empreendedoras e o desenvolvimento pessoal, preparando os alunos para enfrentar desafios e alcançar seus objetivos com responsabilidade e visão de futuro.

7º ano – Feira de Negócios

O material destinado ao 7º ano é estruturado para aprofundar a compreensão dos alunos em temas fundamentais, como educação financeira, empreendedorismo e planejamento de vida. Composto por 20 oficinas, o conteúdo oferece uma abordagem integrada, explorando desde a compreensão da gratuidade de serviços públicos até conceitos mais avançados como criptomoedas e modelos de negócios.

As primeiras oficinas concentram-se em aspectos práticos do cotidiano, examinando a gratuidade de serviços públicos e a importância de entender o uso do dinheiro. Temas como a análise do sistema de trocas, a gestão do dinheiro e a reflexão sobre a compra consciente também são abordados, estimulando uma visão crítica das práticas financeiras.

A segunda metade do material explora conceitos mais avançados, incluindo a compreensão das criptomoedas, o planejamento financeiro em situações de escassez e a reflexão sobre a carga tributária. Oficinas específicas tratam de temas como reciclagem, storytelling e modelos de negócios, oferecendo aos alunos a oportunidade de pensar de forma inovadora.

O ponto culminante do material é a construção de atitudes empreendedoras e a reflexão sobre o projeto de vida. Os alunos são desafiados a desenvolverem um portfólio, participarem de uma feira de negócios e a explorarem uma atitude empreendedora na prática.

O material é projetado para proporcionar uma educação abrangente, integrando conhecimentos financeiros, habilidades empreendedoras e o desenvolvimento pessoal. Ele prepara os alunos para enfrentar desafios, tomar decisões informadas e construir um futuro com responsabilidade e propósito.

8º ano – Feira de Negócios

O material destinado ao 8º ano é elaborado para aprofundar a compreensão dos alunos em temas cruciais, tais como educação financeira, sustentabilidade, empreendedorismo e desenvolvimento pessoal. Composto por 23 oficinas, o conteúdo busca proporcionar uma abordagem abrangente que vai desde a compreensão do sistema financeiro até questões avançadas como Fintechs e planejamento de vida.

As primeiras oficinas exploram temas práticos do cotidiano, analisando desde a gratuidade de serviços públicos até o impacto do poder de compra na qualidade de vida. Questões relacionadas à água, consumo consciente, e influência das propagandas também são abordadas, promovendo uma reflexão crítica sobre hábitos de consumo.

A segunda metade do material explora aspectos mais complexos, incluindo a análise do sistema financeiro, a variação no custo de vida e a influência das fontes de energia limpa. Oficinas específicas tratam de formas de gerar renda, endividamento e câmbio, proporcionando aos alunos uma compreensão aprofundada das finanças pessoais.

O material foca na construção de habilidades empreendedoras e no planejamento de vida. Os alunos são desafiados a criar times empreendedores, explorar a Sociedade 5.0 e desenvolver planos de negócios, culminando em uma feira de negócios onde apresentam seus projetos.

Esse material visa promover uma educação integral, integrando conhecimentos financeiros, habilidades empreendedoras e desenvolvimento pessoal. Ele prepara os alunos para enfrentar desafios, tomar decisões conscientes e construir um futuro sustentável.

9º ano – Investidor Anjo

O material destinado ao 9º ano é meticulosamente desenvolvido para proporcionar aos alunos uma compreensão aprofundada em temas cruciais, incluindo trabalho, renda, consumo, impacto ambiental, empreendedorismo e investimentos. Composto por 21 oficinas, o conteúdo visa

abrange desde a reflexão sobre o significado do trabalho e renda até questões mais avançadas, como tipos de empreendedorismo e o mundo das startups.

As oficinas iniciais exploram temas práticos do cotidiano, analisando a relação entre trabalho e renda, o impacto ambiental das escolhas individuais e a reflexão sobre a real necessidade de bens e serviços. Questões relacionadas à aposentadoria, leitura e decodificação de embalagens e a importância de reservas financeiras também são abordadas, incentivando uma abordagem crítica sobre o futuro e as escolhas de consumo.

A segunda parte do material explora aspectos mais complexos, incluindo a compreensão do sistema financeiro, formas de investimento e o papel do consumo global. Oficinas específicas tratam de temas como conselhos financeiros, autoconhecimento e diferentes tipos de empreendedorismo, proporcionando uma visão abrangente para os alunos sobre o mundo dos negócios.

O ápice do material foca na atitude empreendedora e no desenvolvimento de habilidades práticas. Os alunos são desafiados a explorar o intraempreendedorismo, entender o impacto dos negócios na sociedade 5.0 e criar seus próprios planos de negócios, culminando em uma exploração do mundo das startups e investidores anjos.

Este material visa preparar os alunos para desafios significativos, promovendo a tomada de decisões conscientes e capacitando-os a construir um futuro sustentável. Ao integrar conhecimentos financeiros, habilidades empreendedoras e desenvolvimento pessoal, o material busca formar indivíduos preparados para contribuir ativamente em uma sociedade em constante evolução.

19.0 DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

19.1 Formação: Objetivo Geral da formação: Capacitar os professores do Ensino Fundamental para ministrarem aulas de Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida de forma eficiente, utilizando metodologias ativas que promovam o engajamento e o aprendizado significativo dos estudantes.

19.2 Duração: O curso terá uma carga horária total de 16 horas, distribuídas ao longo de ano letivo.

Módulo 1: Introdução à Educação Financeira (4 horas)

- Conceitos básicos de Educação Financeira e importância no contexto escolar;
- Metodologias ativas aplicadas à Educação Financeira: introdução à sala de aula invertida e ao design thinking;
- Explorar o tema DESEJO X NECESSIDADES;
- Analisar as finanças e planejar os DESEJOS

Módulo 2: Educação Financeira e Empreendedorismo no Ensino Fundamental (4 horas)

- Conceitos fundamentais de Empreendedorismo aplicado ao contexto escolar;
- Planejamento do conteúdo e atividades para aulas de Educação Financeira no Ensino Fundamental;
- Recursos e materiais didáticos para o ensino de Educação Financeira.
- Metodologia de ensino por projetos e challenge-based learning;
- Identificação de oportunidades de aprendizagem empreendedora no currículo;
- Desenvolvimento de projetos empreendedores com os alunos;
- Ética e sustentabilidade no empreendedorismo.
- Orientação e acompanhamento dos alunos na construção de seus projetos;

Módulo 3: Projeto de Vida e Autogestão (4 horas)

- Retomar com professores como está o desenvolvimento das aulas e projetos sobre Educação financeira e empreendedorismo.
- Definição da apresentação do final do ano.
- Abordagem do conceito de Projeto de Vida e sua importância para os alunos do Ensino Fundamental;
- Metodologia do design thinking aplicada ao desenvolvimento do projeto de vida dos alunos;
- Autodescoberta e autoconhecimento para o desenvolvimento do projeto de vida;
- Orientação e acompanhamento dos alunos na construção de seus projetos;
- Integração do projeto de vida com a Educação Financeira e o Empreendedorismo.

Módulo 4: Práticas Pedagógicas e Avaliação (4 horas)

- Avaliação formativa e diagnóstica no ensino de Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida;
- Explicação dos resultados obtidos no desenvolvimento de professores, alunos e comunidade para fortalecer os conceitos aprendidos;
- Apresentação dos projetos professores como conclusão do curso.

19.3. Metodologia do Curso: O curso será conduzido por aulas presenciais. Serão utilizadas metodologias ativas, como sala de aula invertida, design thinking, metodologia de ensino por projetos e challenge-based learning. Os participantes serão incentivados a aplicar essas metodologias em atividades práticas durante o curso, de forma a vivenciarem na prática o que será ensinado.

Recursos:

- Slides e materiais de apoio para cada módulo;
- Exemplos de atividades práticas e projetos que podem ser aplicados em sala de aula;
- Atendimento da assessoria pedagógica para troca de experiências e dúvidas entre os professores participantes.

19.5. Certificação: Ao final, os professores receberão um certificado de conclusão com a carga horária total do programa.

Os professores do Ensino Fundamental estarão preparados para aplicar Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida de forma inovadora e engajadora, utilizando metodologias ativas que proporcionam um aprendizado significativo e relevante para os alunos. Além disso, estarão mais aptos a auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas habilidades socioemocionais, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo atual com mais confiança e autonomia.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA, DESTINADO AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

1 - MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA						
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 1º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-4-2; Quant. de páginas: 120 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. – Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0 – ; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4 – ; Acabamento: Cola PUR, Laminação brilho na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	150		
2	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 2º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-5-9; Quant. de páginas: 168 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	157		
3	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 3º ano ; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-8-0; Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0;Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	175		
4	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 4º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-7-3; Quant. de páginas: 168 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	121		
5	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 5º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-999392-6-6; Quant. de páginas: 168 –Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: –		kit	137		

	Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá					
6	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 6º ano; Autor: João Pedro Sá, ISBN: 978-65-85881-00-5; Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	198		
7	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 7º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-85881-01-2; Quant. de páginas: 148 –Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0 Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	187		
8	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 8º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-85881-02-9; Quant. de páginas: 148 –Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4;Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	155		
9	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 9º ano; Autor: João Pedro Sá – ISBN: 978-65-85881-03-6; Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0;Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual; Livro para família: – Livro de Educação Financeira, empreendedorismo e Projeto de vida –Autor João Pedro Sá		kit	197		
10	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 1º ao 5º ano – KIT DO PROFESSOR – Autor: João Pedro Sá – Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual		kit	51		
11	Livro do aluno: Título: Coleção Transformar para Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de vida 6º ao 9º ano – KIT DO PROFESSOR – Autor: João Pedro Sá – Quant. de páginas: 148 – Formato fechado 20,5 x 28,0 cm. Papel da capa: Triplex 300 gramas 4x0; Papel do Miolo: Off Set 90 gramas 4x4; Acabamento: Cola PUR, Laminação fosca na capa, Brochura, Shrink individual		kit	58		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240925PE00074

CONTRATO Nº:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Sumé - Av. 1 de Abril, 379 - Centro - Sumé - PB, CNPJ nº 08.874.935/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Éden Duarte Pinto de Sousa, Brasileiro, Casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Major Bruno de Freitas, 76 - Casa - Santa Rosa - Sumé - PB, CPF nº 928.829.604-25, Carteira de Identidade nº 1702248 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00074/2024, processada nos termos da Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA, DESTINADO AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00074/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: 02 – 00.205 – 12.365.2002.2021 / 12.361.2003.2023 / 12.361.2003.2028 – 339039

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sumé.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Sumé - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

Anexo V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00074/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Sumé, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos para a habilitação; e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e seus anexos.

7.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.